

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AVALIAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES AND INCLUSIVE ASSESSMENT IN PUBLIC SECONDARY EDUCATION

Ana Beatriz Alves de Araújo¹
Franceliza Monteiro da Silva Dantas²

RESUMO

A educação inclusiva, amparada por legislações como a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), representa um compromisso ético e legal com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. No entanto, persistem desafios na efetivação dessa política, sobretudo no ensino médio da rede pública, onde barreiras pedagógicas, comunicacionais e estruturais dificultam a participação plena de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na adaptação das práticas avaliativas, tomando como referência a experiência da autora em uma escola estadual. O estudo destaca a importância de uma avaliação inclusiva que considere as singularidades dos estudantes, rompendo com a padronização tradicional e promovendo formas alternativas de expressão do conhecimento. Foram analisadas estratégias pedagógicas organizadas em cinco eixos: formato das avaliações, conteúdo e linguagem, tempo e ambiente, formas de resposta e uso de tecnologias assistivas. O relato de experiência da adaptação de uma avaliação em formato de vídeo ilustra a possibilidade de garantir a participação ativa e significativa do aluno com TEA, sem reduzir os objetivos pedagógicos. Conclui-se que a efetividade da inclusão requer o fortalecimento do AEE, a formação continuada de professores e o investimento em recursos pedagógicos adequados. A avaliação inclusiva, mais do que uma obrigação legal, deve ser compreendida como prática ética e transformadora, que reconhece a diversidade e assegura a equidade no processo educacional.

Palavras-chave: Acessibilidade; Equidade; Tecnologias Assistivas; Formação Docente.

¹ Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e Educação Profissional e Tecnológica, Doutora em Manejo de Solo e Água.

² Doutora em Estudos da Linguagem pela UFRN, Professora do PROFMAT/UFERSA e Tutora do NEaD/UFERSA do curso de AEE.

ABSTRACT

Inclusive education, supported by legislation such as the LDB (Law No. 9,394/1996), the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008), and the Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities (Law No. 13,146/2015), represents an ethical and legal commitment to guaranteeing the right to learning for all students. However, challenges persist in implementing this policy, especially in public high schools, where pedagogical, communicational, and structural barriers hinder the full participation of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). This article analyzes the contribution of Specialized Educational Services (SES) to adapting assessment practices, drawing on the author's experience at a state school. The study highlights the importance of inclusive assessment that considers students' unique characteristics, breaking with traditional standardization and promoting alternative forms of knowledge expression. Pedagogical strategies were analyzed, organized into five areas: assessment format, content and language, time and environment, response methods, and use of assistive technologies. The experience report of adapting an assessment to video format illustrates the possibility of ensuring the active and meaningful participation of students with ASD without compromising pedagogical objectives. It is concluded that effective inclusion requires strengthening the Special Education Program (SEA), ongoing teacher training, and investment in appropriate pedagogical resources. Inclusive assessment, more than a legal obligation, should be understood as an ethical and transformative practice that recognizes diversity and ensures equity in the educational process.

Key words: Accessibility; Equity; Assistive Technologies; Teacher Training.

1 – INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, prevista em diversos marcos legais brasileiros, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), representa uma conquista no reconhecimento dos direitos de todos os estudantes à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento, sem discriminação de qualquer natureza.

Com base nesses fundamentos, a escola pública é chamada a promover práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos alunos, em especial daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse cenário, destaca-se o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte essencial para garantir a equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Discutir práticas inclusivas torna-se ainda mais relevante quando se trata da população estudantil com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujas necessidades

específicas muitas vezes desafiam os modelos tradicionais de avaliação escolar. Embora o foco da literatura sobre educação inclusiva esteja frequentemente voltado à educação infantil, é fundamental ampliar esse debate para as etapas posteriores, como o ensino médio, onde as barreiras estruturais e atitudinais tendem a se intensificar. A experiência educacional inclusiva nessa etapa é determinante não apenas para o desempenho escolar, mas também para a construção da identidade e da autonomia do estudante com TEA.

No entanto, apesar dos avanços normativos e teóricos, inúmeros desafios persistem na efetivação das práticas inclusivas nas escolas públicas. Entre eles, destacam-se a formação insuficiente de professores para lidar com a diversidade, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, a infraestrutura escolar inadequada, o número limitado de profissionais de apoio e o preconceito ainda presente nos ambientes educacionais. Esses obstáculos dificultam a adaptação das práticas avaliativas às necessidades dos estudantes com TEA, impactando diretamente sua trajetória escolar e suas possibilidades de sucesso.

Este artigo tem como objetivo investigar como o Atendimento Educacional Especializado pode contribuir para a adaptação das práticas avaliativas destinadas a alunos com autismo no ensino médio da rede pública. Para isso, parte-se da experiência vivenciada pela autora como docente em uma escola estadual, na qual foi realizada a adaptação de uma avaliação em formato de vídeo, respeitando as características específicas de um estudante com TEA.

Essa vivência será analisada à luz dos estudos de Mantoan (2003), que discute a inclusão como direito e valor ético; de Sassaki (2005), que aborda os conceitos de acessibilidade e inclusão social; e de Oliveira (2002), cujas contribuições tratam do desenvolvimento e aprendizagem na perspectiva socioconstrutivista, além das normativas educacionais vigentes.

Definimos como objetivo geral Analisar os principais desafios enfrentados pelas instituições públicas de ensino na implementação da educação inclusiva, com foco na adaptação de práticas avaliativas para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino médio.

Como objetivos específicos elencamos: Identificar as barreiras pedagógicas, comunicacionais e arquitetônicas presentes no ambiente escolar; Analisar a formação e a qualificação dos profissionais da educação, especialmente no que se refere ao atendimento a alunos com TEA; e Propor reflexões e estratégias baseadas na

experiência vivenciada no Atendimento Educacional Especializado, a fim de contribuir para a superação dos desafios identificados.

A educação inclusiva representa um compromisso ético e legal com a garantia de direitos de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência ou transtornos do desenvolvimento. No caso de alunos com TEA, a inclusão efetiva depende não apenas do acesso à escola, mas da permanência com qualidade, o que implica em práticas pedagógicas e avaliativas adaptadas às suas necessidades. Este artigo se justifica por trazer uma reflexão embasada em uma experiência real de atuação na rede pública estadual de ensino, apontando caminhos práticos e possíveis para a construção de ambientes escolares mais acessíveis e acolhedores.

A produção desse conhecimento se mostra relevante para a área da educação ao contribuir com a formação de professores, gestores e demais profissionais da escola sobre a importância do AEE, da escuta atenta às singularidades dos alunos e da implementação de avaliações diferenciadas. Além disso, ao trazer à tona os desafios enfrentados cotidianamente pelas escolas, o artigo busca sensibilizar a sociedade sobre a importância de políticas públicas inclusivas, com investimento em formação continuada e recursos adequados para que o direito à educação seja plenamente garantido.

O presente artigo está organizado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais: **Seção 1 – Fundamentos da Educação Inclusiva:** Apresenta os marcos legais e teóricos que sustentam a educação inclusiva no Brasil, com base em autores como Mantoan, Sassaki e Oliveira, além de diretrizes como a LDB, LBI, DCNEE e BNCC; **Seção 2 – A essência da avaliação inclusiva no AEE para o Ensino Médio:** que está em garantir que o processo avaliativo reconheça as potencialidades e necessidades individuais dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Essa abordagem busca promover equidade, adaptando instrumentos, estratégias e critérios de avaliação para possibilitar que todos demonstrem suas aprendizagens de forma justa e significativa. **Seção 3 – Compreendendo o aluno com autismo no processo avaliativo:** que implica reconhecer suas particularidades cognitivas, sensoriais, comunicativas e socioemocionais, adaptando estratégias para que a avaliação seja realmente inclusiva e significativa. **Seção 4 – Relato de Experiência:** Apresenta uma vivência concreta com a adaptação de uma atividade avaliativa em formato de vídeo para um aluno com TEA, demonstrando como o AEE pode viabilizar a participação ativa e significativa do estudante no processo de ensino e aprendizagem; e **Considerações Finais:** Retoma os principais pontos discutidos, apresenta reflexões sobre caminhos possíveis para superar

os desafios identificados e destaca a urgência de ações concretas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – A ESSÊNCIA DA AVALIAÇÃO INCLUSIVA NO AEE PARA O ENSINO MÉDIO

Uma avaliação verdadeiramente inclusiva é aquela que reconhece, respeita e valoriza as singularidades dos estudantes, oferecendo múltiplas formas de expressão, participação e aprendizagem, de modo que todos tenham a oportunidade de demonstrar seus conhecimentos e competências. No contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), essa concepção torna-se ainda mais significativa, especialmente para adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujas formas de comunicação, cognição e interação social podem divergir substancialmente dos padrões esperados nas práticas avaliativas tradicionais.

A avaliação inclusiva, portanto, vai além da mera adaptação de instrumentos — ela se estrutura com base em princípios como a equidade, a flexibilidade e o foco no potencial do aluno. Conforme Mantoan (2015), incluir é transformar as estruturas escolares para atender à diversidade, o que implica repensar currículos, metodologias e, sobretudo, modos de avaliar. Nesse processo, o AEE assume um papel fundamental como espaço de mediação pedagógica, contribuindo para a elaboração de estratégias avaliativas compatíveis com as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial.

No ensino médio, essa mediação se torna ainda mais crucial. A transição do ensino fundamental para o médio representa um salto na complexidade dos conteúdos e nas exigências acadêmicas. Os estudantes com TEA, que frequentemente enfrentam dificuldades com abstrações, linguagem figurada e organização temporal, podem sentir-se excluídos das formas convencionais de avaliação (como provas dissertativas extensas ou exposições orais formais). O AEE, nesse sentido, atua como elo entre o estudante, o professor regente e a equipe pedagógica, promovendo adaptações curriculares e avaliativas que mantenham os objetivos educacionais, mas respeitem os modos próprios de expressão do aluno (BRASIL, 2015a).

Além disso, a avaliação inclusiva deve ser compreendida dentro de um marco legal robusto que respalda o direito à acessibilidade pedagógica. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura, em seu artigo 28, que é dever do Estado garantir "a oferta de educação bilíngue em Libras e língua portuguesa, de profissionais de apoio escolar, de recursos de acessibilidade e de adaptações razoáveis, sempre que necessário". Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) destaca que a avaliação deve considerar as especificidades do estudante e ser realizada de forma contínua, cumulativa e formativa, incorporando diferentes linguagens e instrumentos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, também reforça a necessidade de flexibilizar os processos avaliativos para que todos os alunos desenvolvam as competências gerais da educação básica. No mesmo sentido, os Referenciais para Avaliação da Aprendizagem de Estudantes com Deficiência (BRASIL, 2015b) orientam que as avaliações devem ser planejadas com base nas condições reais de aprendizagem de cada estudante, respeitando seu ritmo, seus interesses e suas possibilidades de comunicação.

Em síntese, promover uma avaliação inclusiva no ensino médio por meio do AEE exige romper com a ideia de padronização e abraçar práticas pedagógicas centradas na escuta, na colaboração e na criatividade. A experiência da adaptação de uma avaliação em formato de vídeo para um aluno com TEA, por exemplo, ilustra como é possível garantir que o estudante expresse seus conhecimentos de maneira significativa, desde que as condições para isso sejam adequadamente oferecidas. Avaliar de forma inclusiva é, portanto, um ato de reconhecimento da dignidade e do direito de aprender de todos os alunos, sem exceção.

2.2 – COMPREENDENDO O ALUNO COM AUTISMO NO PROCESSO AVALIATIVO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado, segundo o DSM-5 (APA, 2014), por déficits persistentes na comunicação e na interação social, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas características impactam diretamente o modo como o estudante se envolve com o processo de avaliação escolar, exigindo práticas pedagógicas diferenciadas, sensíveis e alinhadas com suas necessidades específicas. No contexto do Atendimento Educacional

Especializado (AEE), compreender essas particularidades é o ponto de partida para promover avaliações que sejam verdadeiramente significativas e acessíveis.

Um dos principais desafios enfrentados por estudantes com TEA durante as avaliações está relacionado à comunicação — tanto expressiva quanto receptiva. Muitos alunos apresentam dificuldades em compreender instruções verbais complexas, metáforas ou comandos ambíguos, o que pode levá-los a interpretar erroneamente a proposta avaliativa. Outros podem ter limitações na linguagem oral, dificultando a produção de respostas escritas ou orais nos moldes esperados. Conforme aponta Oliveira (2022), é essencial que a escola compreenda o funcionamento cognitivo de cada aluno, respeitando seus modos de expressão, sejam eles verbais, pictográficos, visuais ou digitais.

Outro fator relevante é o padrão restrito e repetitivo de interesses e comportamentos, comum em pessoas com autismo, que pode interferir na resolução de questões que exigem abstração, mudanças de foco ou interpretação de contextos variados. Segundo Mantoan (2015), quando a escola desconsidera essas especificidades e insiste em aplicar avaliações uniformes a todos, acaba por reproduzir uma lógica excludente e ineficaz. O AEE, nesse contexto, deve atuar na mediação e adaptação das práticas avaliativas, oferecendo alternativas compatíveis com o estilo cognitivo e as preferências do estudante, sem comprometer os objetivos pedagógicos.

As sensibilidades sensoriais também merecem destaque. Muitos estudantes com TEA apresentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos auditivos, visuais, táteis ou olfativos, o que pode transformar o ambiente de avaliação em um local de estresse e desorganização emocional. Um espaço barulhento, mal iluminado ou com grande fluxo de pessoas pode comprometer a concentração e o desempenho do aluno. A legislação brasileira, por meio da LBI (Lei nº 13.146/2015), garante o direito ao uso de recursos de acessibilidade e à adaptação razoável do ambiente, sendo responsabilidade da escola criar condições que favoreçam o bem-estar e a autonomia do estudante durante as avaliações.

Nesse cenário, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) se consolida como um instrumento fundamental para o planejamento pedagógico inclusivo. Elaborado de forma colaborativa entre a equipe do AEE, professores da sala comum, gestores e família, o PAEE organiza as informações sobre as potencialidades, dificuldades e estratégias específicas para cada estudante com deficiência. Ele deve contemplar as adaptações curriculares, os recursos de apoio e as formas alternativas de

avaliação, funcionando como guia para uma prática pedagógica individualizada (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015b).

Assim, compreender o estudante com autismo no processo avaliativo vai além da aplicação de uma prova diferente: envolve conhecer o sujeito, suas formas de aprender e se expressar, suas necessidades sensoriais e suas experiências escolares.

Como reforça Sassaki (2005), inclusão não é apenas presença física, mas participação ativa e respeitosa — e isso inclui o direito de ser avaliado de forma justa e adequada. Cabe ao AEE, em articulação com os demais profissionais da escola, garantir que esse direito seja efetivado na prática cotidiana.

2.1.1 – Estratégias Práticas de Adaptação de Avaliações: Um Guia do AEE

A construção de uma avaliação acessível e justa para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige mais do que boa vontade: requer planejamento pedagógico específico, conhecimento das necessidades individuais e uso de estratégias adequadas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o espaço pedagógico que oferece suporte para que essas adaptações sejam pensadas e implementadas com base na funcionalidade do aluno, considerando seus modos de comunicação, cognição e interação com o conteúdo escolar (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015b).

As adaptações no processo avaliativo não significam redução de expectativas ou de objetivos pedagógicos, mas sim a flexibilização das formas pelas quais o estudante pode demonstrar suas aprendizagens. A seguir, são apresentadas algumas das principais estratégias utilizadas pelo AEE, organizadas em cinco categorias: formato, conteúdo e linguagem, tempo e ambiente, forma de resposta e uso de tecnologias assistivas.

2.1.2 – Adaptações de Formato

Um dos primeiros aspectos observados pelo AEE ao adaptar avaliações é o formato das questões. Muitas vezes, as avaliações tradicionais exigem habilidades de leitura, abstração e organização que não correspondem ao perfil cognitivo de alguns alunos com TEA.

Assim, opções como: questões de múltipla escolha com menos distratores (redução para duas ou três alternativas) facilitam o processamento e reduzem a sobrecarga cognitiva; questões de verdadeiro ou falso, que exigem respostas mais

diretas e objetivas; frases incompletas para completar, que estimulam o raciocínio, mas com menor demanda linguística; associações visuais (imagens e palavras), que exploram a força da memória visual e a identificação de relações semânticas simples. Esses formatos permitem que o aluno acesse o conteúdo de forma mais funcional, conforme suas habilidades.

2.1.3 – Adaptações de Conteúdo e Linguagem

Além do formato, o conteúdo e a linguagem das avaliações precisam ser cuidadosamente adaptados. Segundo Oliveira (2022), a compreensão de um texto depende da clareza da linguagem e da coerência com o repertório do aluno. No caso do TEA, isso é ainda mais importante, considerando as possíveis dificuldades com linguagem simbólica ou ambígua.

Assim, o AEE orienta: simplificação do vocabulário, sem comprometer o conteúdo conceitual; clareza e objetividade nas instruções, evitando frases longas ou de múltiplas etapas; redução da extensão do texto das questões, com uso de tópicos, listas ou frases curtas; uso de recursos visuais, como pictogramas, gráficos, esquemas e diagramas, para facilitar a compreensão e a organização do raciocínio. esses elementos tornam as avaliações mais compreensíveis e acessíveis, respeitando os diferentes modos de apreensão do conhecimento.

2.1.4 – Adaptações de Tempo e Ambiente

As avaliações também precisam considerar o tempo necessário para o aluno organizar suas ideias, interpretar o enunciado e responder às questões. Para estudantes com TEA, a ansiedade, as dificuldades de autorregulação e a sensibilidade ao ambiente podem interferir diretamente no desempenho.

Por isso, o AEE recomenda: ampliação do tempo de prova, de acordo com as necessidades do estudante; possibilidade de pausas programadas, que ajudam a reduzir o cansaço mental e emocional; ambiente tranquilo e com poucos estímulos, evitando salas com ruídos, trânsito de pessoas ou iluminação inadequada.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e os Referenciais para Avaliação da Aprendizagem de Estudantes com Deficiência (BRASIL, 2015b) garantem esses direitos como parte das adaptações razoáveis exigidas por lei.

2.1.5 – Adaptações de Resposta

Outro ponto fundamental nas adaptações diz respeito à forma de resposta. Nem todos os estudantes conseguem responder por escrito com fluência ou legibilidade. Assim, as formas alternativas de resposta são essenciais para garantir que o aluno possa expressar o que sabe.

Entre as estratégias, destacam-se: resposta oral, quando escrita não é viável; digitação da resposta, para alunos que se expressam melhor com apoio de teclado; uso de recursos de apoio, como calculadoras (em avaliações de matemática), dicionários de imagens ou quadros de apoio visual. Essas formas são planejadas com base no PAEE e devem ser previamente acordadas com a equipe pedagógica e a família.

2.1.6 – Uso de Tecnologias Assistivas

O uso de tecnologias assistivas amplia ainda mais as possibilidades de avaliação inclusiva. Alunos com TEA podem se beneficiar de ferramentas que facilitam a leitura, escrita ou comunicação. Dentre as tecnologias mais utilizadas, estão: softwares de leitura de texto, como leitores automáticos; comunicação alternativa e aumentativa (caa), com aplicativos de pranchas de símbolos ou sintetizadores de voz; pranchas de apoio visual, com imagens que representam comandos, emoções ou conteúdos escolares. O uso dessas ferramentas deve constar no PAEE e ser integrado ao cotidiano escolar, não apenas em momentos avaliativos.

3 – RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente trabalho adota o relato de experiência como caminho metodológico, caracterizada pela descrição e análise de uma vivência concreta no contexto educacional. Conforme Souza, Silva e Carvalho (2018), o relato de experiência constitui-se em uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, que busca refletir sobre práticas realizadas, evidenciando desafios, estratégias e resultados. Trata-se de um recurso relevante na área educacional, pois possibilita compartilhar práticas que podem servir de subsídio para outros profissionais (MINAYO, 2014). Neste estudo, o relato foi construído a partir da observação direta, do registro das etapas desenvolvidas e da análise reflexiva sobre a adaptação de uma atividade avaliativa para um estudante com

Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Médio Técnico, considerando os pressupostos da inclusão e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Diante disso, durante minha atuação como professora do 3º ano do Ensino Médio Técnico em Meio Ambiente, vivenciei uma experiência significativa com um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no contexto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Tradicionalmente, essa atividade é desenvolvida em formato de monografia escrita, exigindo pesquisa, estruturação textual e apresentação oral. No entanto, devido às especificidades do estudante, que apresentava dificuldades em produção escrita, mas demonstrava grande habilidade com recursos audiovisuais e plataforma digital optou-se por uma adaptação avaliativa que respeitasse suas potencialidades.

Com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o aluno realizou a pesquisa teórica sobre o tema escolhido e apresentou os resultados por meio de um vídeo produzido por ele mesmo. Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar pressupõe reconhecer e valorizar as diferenças, garantindo que todos os estudantes possam aprender e demonstrar o que aprenderam de formas diversas. Essa perspectiva norteou nosso trabalho: o objetivo era avaliar o conhecimento adquirido, independentemente do formato.

No dia da banca avaliadora, assistimos ao vídeo produzido pelo estudante. A emoção dele ao ver seu trabalho finalizado e apresentado foi marcante; seu sorriso evidenciava o sentimento de conquista e pertencimento. A banca avaliou o conteúdo com base no material audiovisual apresentado, reconhecendo a qualidade da pesquisa e a adequação da adaptação.

Essa experiência reforçou a importância de práticas avaliativas flexíveis, capazes de promover a participação ativa e significativa de estudantes com necessidades educacionais específicas. Como destaca Carvalho (2004), a inclusão se concretiza quando o ensino e a avaliação se moldam às necessidades dos alunos, e não o contrário. Nesse caso, o AEE mostrou-se fundamental para viabilizar não apenas a conclusão do curso, mas também a valorização da trajetória e do potencial do estudante.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a efetivação da educação inclusiva no ensino médio, especialmente para estudantes com Transtorno do Espectro

Autista (TEA), depende de práticas pedagógicas e avaliativas que reconheçam e valorizem as singularidades de cada aluno. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) mostrou-se fundamental para promover adaptações que possibilitem a participação ativa e significativa do estudante, garantindo que os objetivos pedagógicos sejam alcançados sem comprometer a equidade do processo educacional.

A experiência relatada demonstra que a flexibilização das avaliações, aliada ao uso de recursos tecnológicos e à compreensão das necessidades individuais, pode transformar a avaliação em um instrumento de inclusão, e não de exclusão. Contudo, para que tais práticas se consolidem, torna-se indispensável investir na formação continuada de professores, na ampliação de recursos pedagógicos e na consolidação de políticas públicas que assegurem as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Conclui-se, portanto, que a avaliação inclusiva deve ser compreendida como um compromisso ético e pedagógico, capaz de romper barreiras e contribuir para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde cada estudante tenha garantido seu direito de aprender e de ser avaliado de forma justa e significativa.

REFERÊNCIAS

- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- BRASIL. *Referenciais para Avaliação da Aprendizagem de Estudantes com Deficiência*. Brasília: MEC/INEP, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/referenciais_avaliacao_estudantes_deficiencia.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.
- CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *A criança e seu desenvolvimento: uma perspectiva construtivista*. São Paulo: Cortez, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SOUZA, V. C.; SILVA, M. R.; CARVALHO, R. C. Relato de experiência como método de pesquisa: contribuições para a área educacional. *Revista Educação e Linguagem*, v. 21, n. 2, p. 45-58, 2018.